



Conectando vidas
Construindo conhecimento

Salão UFRGS 2021

XVII SALÃO DE ENSINO

27/09 a 1/10
VIRTUAL

Evento	Salão UFRGS 2021: XVII SALÃO DE ENSINO DA UFRGS
Ano	2021
Local	Virtual
Título	Escolas Cívico-Militares e a História da Militarização da Educação Pública no Brasil
Autor	JULIANA BOANOVA SOUZA
Orientador	SUELEN ASSUNCAO SANTOS

Escolas Cívico-Militares e a História da Militarização da Educação Pública no Brasil

O presente resumo compõe a primeira parte da pesquisa de doutorado que está sendo desenvolvida no Programa de Pós Graduação em Educação em Ciências – UFRGS, na linha de pesquisa que investiga como as práticas discursivas atuam na produção de “verdades” e de sujeitos. Iremos problematizar a intenção da “eficiência” do programa Cívico-Militar recentemente instaurado no Brasil, focando inicialmente na historicização da militarização da Educação Pública no Brasil. Para formarmos esse campo de problematização, iremos fazer uma análise histórica sobre a emergência desse sistema de ensino no Brasil, inspirado no método arqueogenealógico de Michel Foucault. Com o objetivo de compreender as condições constituintes da militarização da educação pública, consideraremos a história dos discursos e das práticas desde a criação do primeiro Colégio com esta vertente no Brasil até a instauração do novo projeto Cívico-Militar, que na contemporaneidade, são vistos e visibilizados pela mídia como exemplos de excelência educacional. Para isso, contaremos com uma análise documental de cunho pós estruturalista das diretrizes, onde contém a legitimação da dita excelência nas práticas contidas neste campo discursivo. Além disso, será realizada uma pesquisa bibliográfica em artigos científicos em que se buscará compreensão histórica, continuidades e descontinuidades, do desdobramento da militarização da educação no Brasil. Como resultados parciais, podemos destacar que o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares tem como objetivo instaurar 216 escolas até 2023, e já está em fase de implantação em 74 instituições no Brasil. A adesão à implantação é voluntária de cada comunidade, e o objetivo é oferecer “reforço” às instituições com baixo índice no IDEB (Índice de desenvolvimento da Educação Básica). O programa afirma que a militarização dos estudantes não é um objetivo, mas sim contribuir para a “qualidade” do ensino. Vale nos questionarmos o que lemos por “reforço” na Educação Brasileira, e o que é considerado um ensino de qualidade?